

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável Através de uma Abordagem Integrada no Governo Local

– O Caso do Município de Soure

The Sustainable Development Goals Through an Integrated Approach in Local Government - The Case of the Municipality of Soure



**Fátima Conde ^{a*}, Júlio Costa ^{b*}, Miguel Lira ^{c*},
Rita Silva ^{d*}**

^{a*} Polytechnic Institute of Coimbra, Coimbra Business School | ISCAC, Coimbra, Portugal; CEOS.PP, Coimbra, Portugal, fconde@iscac.pt, CEOS.PP Coimbra, CEPSE, **Código ORCID: 0000-0002-6153-4896**

^{b*} Polytechnic Institute of Coimbra, Coimbra Business School | ISCAC, Coimbra, Portugal; NECE-UBI, Research Centre for Business Sciences, jmcosta@iscac.pt, **Código ORCID: 0000-0002-4286-1373**

^{c*} Polytechnic Institute of Coimbra, Coimbra Business School | ISCAC, Coimbra, Portugal; CEOS.PP, Coimbra, Portugal, mlira@iscac.pt, CEOS.PP Coimbra, CEPSE **Código ORCID: 0000-0003-3941-0720**

^{d*} Lisbon Accounting & Business School - Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa - Instituto Politécnico de Lisboa, risilva@iscal.ipl.pt, **Código ORCID: 0000-0003-4177-825X**

Resumo Como forma de garantir o desenvolvimento sustentável a nível mundial, as Nações Unidas, através da Agenda 2030, procedeu à definição de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A concretização dos mesmos deverá ser promovida em cada país sendo que os municípios têm uma contribuição essencial. Com o objetivo de apreender qual a situação atual da implementação dos ODS nos municípios portugueses, realizou-se um estudo qualitativo – com base num estudo de caso – que foi implementado em duas fases: realização de entrevistas e análise documental. No âmbito do presente estudo, foi selecionado o Município de Soure por desenvolver especial atenção à demografia, transição digital, transição climática e coesão e competitividade. Com base no estudo desenvolvido verifica-se que já foram alcançados os ODS 1 – Combate à Pobreza, ODS 4 – Educação de Qualidade e ODS 6 - Água potável e Saneamento.

Palavras-chave Desenvolvimento Sustentável. Governo Local. Sector Público. Portugal. ODS.

Abstract As a way of ensuring sustainable development at a global level, the United Nations, through the 2030 Agenda, defined 17 Sustainable Development Goals (SDGs). Their implementation must be promoted in each country, and municipalities have an essential contribution. With the aim of understanding the current situation of SDG implementation in Portuguese municipalities, a qualitative study was carried out – based on a case study – which was implemented in two phases: conducting interviews and document analysis. Within the scope of this study, the Municipality of Soure was selected for paying special attention to demography, digital transition, climate transition and cohesion and competitiveness. Based on the study developed, it appears that SDG 1 – Combating Poverty, SDG 4 – Quality Education and SDG 6 – Drinking Water and Sanitation have already been achieved.

Keywords Sustainable development. Local Government. Public Sector. Portugal. SDGS.

Introdução

Para atingir a sustentabilidade total do planeta, a prosperidade da população e a erradicação da pobreza, a Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou em 2015 a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, que é uma agenda global que inclui um conjunto de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), (González et al., 2023; Rieiro-García et al., 2023). Os ODS são enquadrados como universais e aplicáveis a todos os países, e devem ser alcançados até 2030 (Reinar & Lundberg, 2023). Stoddart et al. (2023) refere que a articulação dos 17 ODS projeta um futuro sustentável que aborda uma diversidade de desafios que a humanidade enfrenta, incluindo a pobreza e a fome, a desigualdade social, a paz e a justiça, as alterações climáticas e o crescimento económico. O desenvolvimento sustentável tem sido associado a "um conceito notoriamente difícil, escorregadio e evasivo de definir" (Williams & Millington, 2004, p. 99). Corroborando esta ideia, Boguszewski et al. (2023) evidencia que o desenvolvimento sustentável é uma das definições mais citadas na literatura. Refere ainda que a complexidade e a importância do desenvolvimento sustentável implicam que a consecução dos ODS requer o envolvimento de múltiplos intervenientes.

Com a sua adoção, os Estados comprometeram-se a mobilizar os meios necessários para alcançar o ambicioso objetivo de enfrentar todas as formas de pobreza, combater a desigualdade, combater as mudanças climáticas e garantindo que ninguém será deixado para trás, designadamente os mais pobres e vulneráveis (Annan-Aggrey et al., 2022a; Benito et al., 2023; Choi et al., 2016; Ferreira, 2020; Mutiarani & Siswantoro, 2020). A este balanceamento das dimensões económica, social e ambiental estão inerentes cinco princípios fundamentais, os 5 P's (*Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias*), integrados e inseparáveis dos 17 ODS e 169 metas estabelecidos (Ferreira, 2020; Mutiarani & Siswantoro, 2020).

Para Cohen et al. (2023), as instituições públicas desempenham um papel importante no desenvolvimento sustentável global e a sua contribuição para o alcançar dos ODS é fundamental. Neste sentido, Bisogno et al. (2023) e Reuter (2023) vêm acrescentar que os municípios, que não tiveram voz na definição ou ratificação da Agenda 2030, são agora desafiados a assumir grande parte da responsabilidade final pela sua concretização. Apesar dos ODS serem promovidos como um plano de ação global os municípios tornaram-se atores-chave na sua implementação (Reinar & Lundberg, 2023), materializam as ações concretas nos respetivos territórios (Mortimer et al., 2023) e mobilizaram os seus recursos e envolveram as várias partes interessadas (Cohen et al., 2023).

Verifica-se, contudo, um paradoxo entre a indivisibilidade dos ODS, por um lado, e a necessidade de prosseguir com as prioridades nacionais e locais, por outro. Esta situação pode promover o risco de ser dada uma atenção desequilibrada a alguns objetivos e metas em vez de outros (Long, 2018). Uma

abordagem, onde apenas são selecionados os objetivos que apoiam as prioridades existentes, reduzindo assim o potencial da Agenda 2030 (Gneiting & Mhlanga, 2021). Para Horn e Grugel (2018), esta seleção poderá traduzir-se num legitimar das políticas já estabelecidas em detrimento do alcançar das metas definidas pela Agenda 2030.

No entanto, a implementação dos ODS acontece cada vez mais a nível local e há necessidade de explorar estas tensões a partir de uma perspetiva local (Reinar & Lundberg, 2023). Para Ningrum et al. (2023), os municípios em todo o mundo tomaram a iniciativa de fazer progredir os ODS a nível local através de várias ações com o objetivo de consolidar os esforços relativos à sustentabilidade.

Com este enquadramento, seguindo a lacuna identificada por Boguszewski et al. (2023), proceder-se-á à concretização de um estudo de caso, aplicado ao município de Soure, com o objetivo de investigar os determinantes das atitudes do município em relação ao desenvolvimento sustentável e as suas ações empreendidas nesta área. Esta lacuna é reforçada por Llanos et al. (2022) que salientam a falta estudos que forneçam exemplos de implementação em contextos locais. Assim, e tendo por base os objetivos estabelecidos, este artigo prosseguirá com o enquadramento teórico sobre desenvolvimento local sustentável. Depois, é apresentada a metodologia, efetuada a análise e discussão de resultados e conclusões.

1. Enquadramento Teórico

1.1. Desenvolvimento Sustentável e Governo Local

Caiado et al. (2018) referem que o conceito de 'desenvolvimento sustentável' foi cunhado historicamente através da publicação do Relatório Brundtland, em 1987, por parte das Nações Unidas, tendo por base o trabalho desenvolvido pela *World Commission on Environment and Development*. Resumidamente, este conceito preconiza que o desenvolvimento deve ser planeado de forma a satisfazer as necessidades da geração atual, mas sem prejudicar a capacidade das gerações futuras atenderem aos seus próprios anseios e necessidades. Após esta enfatização da importância do desenvolvimento sustentável, muitas cimeiras e organizações internacionais preocuparam-se com esta questão (Benito et al., 2023), assistindo-se a um crescendo da importância deste conceito. Nessa ótica, podemos considerar que atualmente a relevância deste conceito transcende amplamente as fronteiras estabelecidas em 1987, passando a incluir preocupações ambientais, económicas, de desenvolvimento social e com a própria sobrevivência da espécie humana (Kumi et al., 2014). Esta visão atual muito deve à Agenda 2030 e aos ODS, concretizados em setembro de 2015. Esta agenda foi projetada para erradicar a pobreza, proteger o planeta e combater a

desigualdade e a injustiça, ou seja, um plano global de ação cujo foco é o planeta, a prosperidade e as pessoas, visando fortalecer a paz universal e o acesso à justiça (Benedek et al., 2021; Benito et al., 2023; Mutiarani & Siswantoro, 2020). Esta agenda estabeleceu 17 ODS, com 169 metas integradas e indivisíveis, que abrangem as esferas económica, social e ambiental, destinadas a avaliar e monitorizar o desenvolvimento sustentável até 2030 (Benedek et al., 2021; Benito et al., 2023; Caiado et al., 2018; Choi et al., 2016; Gustafsson & Ivner, 2018; Madeira et al., 2022; Mutiarani & Siswantoro, 2020; Stafford-Smith et al., 2017). Acrescente-se a percepção de Fenton e Gustafsson (2017, p. 129), já que para estes autores os ODS “seek to integrate various agendas into a framework for comprehensive action”. A este propósito Mutiarani & Siswantoro (2020, p.2) referem que “[t]hey were proposed for the purpose of serving as guidelines for policies and funding for the next 15 years”.

Stafford-Smith et al. (2017, p. 911) mencionam que após a fixação da Agenda 2030 e dos ODS, o compromisso agora é com a implementação desses objetivos, de forma que estes sejam alcançados. Os mesmos autores referem que “[a]cross the goals, 42 targets focus on means of implementation, and the final goal, Goal 17, is entirely devoted to means of implementation”. Porém, ao contrário do que possa parecer à primeira vista, “these implementation targets are largely silent about interlinkages and interdependencies among goals. This leaves open the possibility of perverse outcomes and unrealised synergies”.

Uma forma de evitar estes efeitos perniciosos, é o desejável “envolvimento de todas as escalas geográficas de decisão e ação e a sua articulação, em função de cada objetivo e, mais especificamente, de cada meta a alcançar” (Madeira et al., 2022, pp. 183-184), na medida em que o desenvolvimento sustentável é uma característica fundamental das estratégias de desenvolvimento nacionais, da União Europeia e globais (Medeiros et al., 2022), embora sobressaindo a responsabilidade partilhada pelos vários atores a nível nacional, regional e local (Ferreira, 2020). Fenton e Gustafsson (2017, p. 129) resumem esta questão na seguinte frase: “[t]he implementation of the SDGs requires multi-level governance to stimulate action across many levels, scales and sectors”. Em suma, a Agenda 2030 das Nações Unidas convoca todos os atores da sociedade a apoiar a sua concretização (Avelar et al., 2023), ou seja, todos os atores da sociedade têm efetivamente de se mobilizar para a implementação e cumprimento dos ODS, caso contrário a Agenda 2030 resultará num estrondoso fracasso (Stafford-Smith et al., 2017).

É neste contexto de implementação e cumprimento dos ODS que a importância do Governo Local deve ser mencionada, até porque é bastante evidente que muitos dos objetivos terão de ser tratados a nível local (Gustafsson & Ivner, 2018; Reddy, 2016; Slack, 2014), sendo este um parceiro fundamental na implementação dos ODS (Annan-Aggrey et al., 2022b; Benito et al., 2023; Guarini et al., 2022; Reddy, 2016).

Annan-Aggrey et al. (2022a, p. 219) referem que “*the local government level is increasingly being recognized as the key locus of development effort, particularly because the SDGs are relevant to local jurisdictions and change can be tangibly measured at smaller scales*”. Slack (2014, p. 174) não destoa do argumento anterior: os governos locais são parceiros essenciais na implementação dos ODS, pois não só muitos dos principais serviços essenciais para a concretização dos ODS são proporcionados a um nível local, como também estas instituições públicas se encontram na melhor posição para garantir que as necessidades da população local sejam compreendidas e atendidas, dada a sua proximidade aos cidadãos.

Na mesma linha de pensamento, Silva et al. (2022, p. 432) defendem que o “Desenvolvimento Sustentável Local é um passo imprescindível para se atingir o Desenvolvimento Sustentável Global”, além de frisarem que, no contexto atual, o principal objetivo de um Município não é ser economicamente eficiente, mas sim o de promover o bem-estar da sociedade. Nerland et al. (2023) e Guarini et al. (2022) também partilham desta opinião, já que consideram que os governos locais desempenham um papel vital na execução da Agenda 2030, ao proporcionarem as bases das transformações sociais necessárias a esta agenda, além de fornecerem os serviços dos quais dependem cerca de dois terços dos ODS.

1.2. Implementação dos ODS por parte dos municípios portugueses

No que concerne à caracterização da realidade portuguesa, incluindo a apresentação de medidas relevantes que têm sido tomadas pelos municípios portugueses, as boas práticas seguidas ou diversos exemplos ilustrativos, podemos recorrer a Ferreira (2020), já que apresentou um estudo elaborado no âmbito do projeto “Rumo a 2030: Campanha para a promoção dos ODS e da Educação para o Desenvolvimento e Cidadania Global”, implementado pelo Instituto Marquês de Valle Flor – IMVF, a Câmara Municipal de Oeiras e a Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento – RICD, e financiado pelo Camões I.P. – Instituto da Cooperação e da Língua. Podemos, desde logo, destacar que os desafios e dificuldades sentidos pelos municípios portugueses são, em larga medida, comuns aos municípios de outros países europeus, como por exemplo: falta de prioridade política atribuída à Agenda 2030; ou a insuficiente capacidade técnica para a sua implementação, por escassez de recursos humanos ou por falta de formação. No entanto, é notório o aumento do conhecimento sobre a Agenda 2030 e o esforço para comunicar que os municípios também contribuem para os ODS (Ferreira, 2020).

O mesmo autor também destaca um conjunto de lições aprendidas ao longo do percurso já percorrido, a saber:

No geral, a localização dos ODS tem mais possibilidades de atingir os resultados pretendidos nos municípios onde os decisores políticos estão conscientes da importância dos

ODS e os colocam na agenda do município. É também importante envolver todos os departamentos municipais e criar equipas multidisciplinares; integrar os ODS no trabalho diário e na gestão corrente; aproveitar os mecanismos de participação já existentes para envolver os atores locais; investir em dados estatísticos desagregados que permitam a monitorização; e ainda promover a partilha de conhecimentos e experiências entre municípios, através da participação em redes e da cooperação descentralizada (Ferreira, 2020, p. 3).

Não podem deixar de ser destacadas as recomendações, a nível local, deixadas por Ferreira (2020), para uma explícita e clara convergência do sector local português com a Agenda 2030:

- Colocar os ODS na agenda política, ao adotar um compromisso político claro para com a Agenda 2030 e definindo prioridades para a sua implementação;
- Alinhar os principais planos estratégicos locais com o contributo para a Agenda 2030 e definir as metas a atingir;
- Desenvolver a capacidade institucional e organizativa para implementação da Agenda 2030 (definição clara de responsabilidades; constituição de equipas multidisciplinares; mecanismos de diálogo e coordenação interdepartamentais);
- Envolver os atores locais e sensibilizá-los sobre a importância da Agenda 2030;
- Desenvolver um sistema de monitorização, escolhendo e adaptando os indicadores de implementação dos ODS no contexto local. Utilizar a monitorização para aferir os resultados, para reajustar o que for necessário e para comunicar;
- Tomar medidas que promovam os ODS no seio das estruturas de governo local, dando o exemplo a nível interno;
- Promover uma cultura de trabalho conjunto e partilhar informação, experiências e aprendizagens com outras instituições de governo local, quer nacionais ou internacionais.

Em Portugal, um relatório publicado recentemente e elaborado a partir dos dados disponíveis na Plataforma Municipal dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Plataforma ODSlocal), a 31 de dezembro de 2022, mapeou 790 iniciativas implementadas pelos municípios (Boas Práticas) e 699 iniciativas desenvolvidas por outros promotores locais (Projetos) com contributos para os ODS (Avelar et al., 2023).

A partir de Avelar et al. (2023), saliente-se que os resultados evidenciam que o conjunto das iniciativas mapeadas têm contributos significativos para todos os ODS, destacando-se:

- os ODS 11-Cidades e comunidades sustentáveis, ODS 10-Reducir as desigualdades e ODS 17-Parcerias para o desenvolvimento sustentável destacam-se como resultado, em particular, das Boas Práticas municipais;
- o ODS 4-Educação de qualidade e o ODS 3-Saúde de qualidade, sobretudo devido aos contributos dos Projetos.

Similarmente, verificou-se “uma forte interligação entre os ODS impactados por uma mesma boa prática municipal ou projeto local, observando-se, em geral, benefícios recíprocos entre a maioria dos ODS e compromissos (*trade-offs*) entre alguns deles” (Avelar et al., 2023, p. 1).

Se tivermos em conta o número ponderado de Boas Práticas que contribuem para cada ODS, pode-se verificar que as Boas Práticas municipais tendem a contribuir sobretudo para os ODS 11-Cidades e comunidades sustentáveis, ODS 4-Educação de qualidade, ODS 3-Saúde de qualidade, ODS 13-Ação climática e ODS 17-Parcerias para o desenvolvimento sustentável. Por outro lado, estão menos direcionadas para os ODS 7-Energias renováveis, ODS 2-Erradicar a fome, ODS 5- Igualdade de género, ODS 6-Água limpa e saneamento e ODS -14 Proteger a vida marinha (Avelar et al., 2023, p. 5).

Por fim, a análise das 790 Boas Práticas municipais e de 699 Projetos promovidos por entidades locais evidencia que ambos dão contributos positivos para todos os 17 ODS, sem exceção. Por outras palavras, os municípios e restantes entidades que representam a sociedade têm um papel bastante relevante para o cumprimento da Agenda 2030 em Portugal (Avelar et al., 2023).

A pesquisa desenvolvida por Silva et al. (2022) tinha como objetivo analisar a implementação dos ODS nos municípios portugueses, bem como as dificuldades que estes podem sentir no campo do desenvolvimento sustentável. A partir dos dados obtidos, os autores concluíram que ainda existe um longo caminho para a implementação dos ODS nos municípios portugueses, não obstante o facto de certos municípios já terem começado a implementar os ODS. Existe, contudo, uma dúvida que assalta o espírito destes autores: a implementação dos ODS deve ocorrer de igual forma em todos os municípios ou, pelo contrário, deve ocorrer de acordo com as características específicas de cada município?

A investigação desenvolvida por Gonçalves et al (2020) pretendia contribuir para a promoção e implementação de medidas de transição para a sustentabilidade, com enfoque na Agenda 2030, em territórios administrativos portugueses, ao nível local. Embora os municípios até implementem práticas sustentáveis nos seus territórios, o problema é que não medem o seu impacto na sociedade. Acrescente-se que, no ponto de vista da operacionalização, a organização autárquica apresenta como ponto fraco a comunicação interna interdepartamental, existe um desajuste entre a percepção dos autarcas e dos cidadãos sobre a forma como informam ou são informados, não sendo de descartar, na perspetiva da operacionalização, uma resistência à mudança, quer de eleitos, quer de funcionários. Importante também será a produção de um documento estratégico por parte dos municípios, embora alguns já disponham deste instrumento.

O trabalho desenvolvido por Madeira et al. (2022, p. 183), a partir do exemplo dos municípios portugueses, expuseram as principais razões da relevância do contributo da escala

local para que os ODS sejam alcançados e deixaram algumas ideias sobre como os governos locais, e outros agentes a nível local, podem ajudar a atingir esses objetivos. Apresentaram, igualmente, um método para a seleção das metas para as quais os municípios podem contribuir, em diferentes graus, baseando-se “na adoção e aplicação de um conjunto de critérios para aferir a relevância, para a atuação dos agentes de âmbito municipal em Portugal, de cada uma das 169 metas relativas aos 17 ODS adotados pela ONU”.

Por fim, temos o estudo desenvolvido por Macedo et al. (2023, p. 132), cujo objetivo era analisar “*the Sustainable Development Report of 2021, from the Porto Municipality (CMP) with the purpose of identifying the strategic areas and the index of compliance of the Sustainable Development Goals (SDGs) of the 2030 agenda*”. Os resultados revelaram que o município do Porto definiu áreas estratégicas por domínios de atuação, nomeadamente Município, Cidade, Comunidade e Ambiente. Dos 17 ODS, seis estão no bom caminho para atingir as metas de 2030, e dada a sua evolução, em termos de abordagem das metas a atingir, destacam-se os seguintes: ODS 7 – Energias renováveis; ODS 6 – Água potável e saneamento; ODS 4 – Educação de qualidade; e ODS 15 – Proteger a vida terrestre. Por outro lado, longe de serem alcançados estão o ODS 1 – Erradicar a pobreza, o ODS 9 – Indústria, inovação e infraestruturas e o ODS 11 – Cidades e comunidades sustentáveis.

2. Metodologia

O estudo seguiu uma abordagem eminentemente qualitativa, que consistiu na realização de uma análise documental e de entrevista semiestruturada, com vista a efetuar a caracterização da entidade no que diz respeito à implementação dos ODS.

Para a realização da entrevista semiestruturada foi utilizado um guião de entrevista, construído com base nas ODS e na revisão de literatura. Esta foi efetuada ao representante designado pelo Presidente da Câmara, o seu chefe de gabinete, uma vez que este é responsável pela direção e coordenação do gabinete, cabendo-lhe a ligação aos serviços e organismos dependentes do Presidente, aos gabinetes dos vereadores e às demais entidades públicas e privadas. Pode ainda exercer competências relativas a assuntos administrativos correntes que lhe sejam delegados pelo Presidente. O desempenho destas funções permite-lhe ter uma visão geral dos diversos dossiers, incluindo os que se incluem na esfera desta investigação. A entrevista única teve a duração de duas horas e quarenta e cinco minutos, tendo sido realizada nas instalações da Câmara Municipal de Soure. Refere-se para o efeito que a ODS 14 – Proteger a vida marinha não foi incluída uma vez que Soure se situa no distrito de Coimbra e não tem vida marinha. Para além da entrevista, foram recolhidas evidências documentais (e.g. Programa Autárquico 2021-2025, comunicados à imprensa e divulgações nos meios de comunicação do município de Soure) que permitiram completar os dados obtidos nas entrevistas, nomeadamente no que diz respeito às ações implementadas pela Câmara Municipal de Soure quanto à integração das ODS na agenda do município em termos de planeamento, investimento e decisão política.

Por fim, de referir que a Agenda 2030 pretende ser integrada e coerente, ao ser interligada em todos os níveis: entre objetivos, entre países, entre os níveis global, regional e nacional e, com todas as suas dimensões, incorporando os eixos económico, social e ambiental do desenvolvimento sustentável. Neste sentido, agrupámos as ações desenvolvidas pela autarquia nos quatro eixos do desenvolvimento sustentável (Figura 1), para efeitos de análise.

Figura 1 – Os ODS organizados pelas dimensões do desenvolvimento sustentável



Fonte: Ferreira (2020, p. 14)

3. Apresentação e Discussão dos Resultados

Os dados sistematizados na Tabela 1 emergiram da análise dos conteúdos das ODS, segundo as perspetivas definidas Agenda 2030 das Nações Unidas, das ações e da sua imple-

mentação no Município de Soure, de acordo com o conteúdo da entrevista realizada.

Assim sendo, apresentamos os objetivos de acordo com uma visão integradora das várias dimensões do desenvolvimento sustentável, concretamente económica, social, ambiental e parcerias, as quais se interligam entre si nos vários objetivos.

Tabela 1 – Conteúdo dos ODS, organizados pelas dimensões do desenvolvimento sustentável, no Município de Soure

EIXO 1 – Economia	
a) Trabalho digno e crescimento económico – ODS 8	<ul style="list-style-type: none">▪ Apoio ao empreendedorismo e às pequenas e médias empresas▪ Protocolos de colaboração <ul style="list-style-type: none">• "Temos protocolos com o Instituto Politécnico de Coimbra (IPC), no âmbito do @GIR, que tem como objetivo abrir portas à transferência de conhecimento, ao desenvolvimento de projetos de inovação, à dinamização de ações de integração dos alunos do Politécnico de Coimbra e de desempregados no mercado de trabalho e à qualificação das empresas e instituições da região."• "Todos os protocolos que a CIM integra, o município colabora"• "Temos ainda o Gabinete de Apoio ao empreendedor dos serviços da Câmara, que encaminha todos os processos."
b) Indústria, inovação e infraestruturas – ODS 9	<ul style="list-style-type: none">▪ Colaboração entre entidades▪ Sustentabilidade nas compras públicas <ul style="list-style-type: none">• "De iniciativa municipal não existe nenhuma medida, mas existem várias empresas no Concelho de Soure que são beneficiárias de medidas de apoio públicas, por exemplo, na área da logística nos últimos anos tivemos um salto muito importante com a Plataforma de Alfarelos/Granja."• "Relativamente às compras públicas, o município utiliza a Central de Compras da CIM, mas ainda muito há a melhorar"
c) Reduzir as desigualdades – ODS 10	<ul style="list-style-type: none">▪ Acolhimento de migrantes▪ Fornecimento de Serviços Públicos▪ Promoção de igualdade de oportunidades <ul style="list-style-type: none">• "Foram acolhidos alguns cidadãos refugiados provindos da Ucrânia"• "Fomos pioneiros, no incentivo à natalidade, com o Programa Cegonhas em que fazemos um contrato com as famílias desde o nascimento até a idade adulta, existindo uma grelha de apoios".• "Existe um Gabinete de apoio ao Emigrante"• "Do ponto de vista da acessibilidade que é uma questão premente temos feito algumas obras, algumas de pequena adaptação que são questões quase regulamentares e para cumprir a lei de acesso a serviços públicos e equipamentos públicos, é verdade, mas estamos a fazer a maior obra de regeneração urbana de sempre em Soure, o chamado plano de ação para a mobilidade urbana suave, que é um eixo que está neste momento em obras, que permite por exemplo que uma pessoa, em cadeira de rodas venha da estação do caminho de ferro até ao Centro de Saúde".
d) Produção e consumo sustentáveis – ODS 12	<ul style="list-style-type: none">▪ Consumo de Produtos Locais▪ Aquisições sustentáveis <ul style="list-style-type: none">• "Temos o denominado mercado das cadeias curtas, que é o mercado SICÓ, é um mercado onde se vende produtos locais está na frente do edifício do Mercado Municipal, é onde qualquer produtor, pode, de facto, aceder a um ponto de venda. Infelizmente há pouca oferta, e pouco diversificada"• "As aquisições sustentáveis realizam-se através de uma Central de Compras da CIM"

EIXO 2 – Sociedade

- "Historicamente o país tem um défice de habitação pública e Soure também, embora já fizemos alguns fogos: um bloco com 4 frações, e mais um bloco com 4 apartamentos que já foram atribuídos ao longo deste ano."
 - "A estratégia local de habitação tem uma meta que pode chegar até aos 100 fogos, que combina os diferentes instrumentos que estão ao dispor da oferta pública desde o chamado primeiro direito até à construção de fogos para disponibilizar com renda acessível"
 - "Soure é um concelho riquíssimo do ponto de vista da economia social, tem 11 IPSS, tem unidades de cuidados continuados em resposta social, tem vários equipamentos, várias ERPIS (como se diz agora), bom, temos uma rede presente quase na totalidade do Concelho"
 - "O Município tem uma parceria com a Santa Casa da Misericórdia para serviços como terapêuticas ocupacionais às populações seniores"
 - "Município pertence a um consórcio europeu -Projeto ROSIA- que em Portugal é liderado pelo CHUC e pelo IPN, para desenvolver soluções de medicina remota reabilitativa, é um projeto piloto apoiado pelo Horizonte 2020. Envolve entidades espanholas, irlandesas, dinamarquesas."
 - "A taxa de desemprego é baixíssima e daí o Município não sentir necessidade de ser o motor na área da formação de requalificação, as empresas vão fazendo esse trabalho. Contudo, no sentido da qualificação da oferta, estamos na fase final, da obra da conversão do antigo edifício da GNR para o Centro de Inovação Social, que vai ser precisamente uma incubadora de base social e a nossa ideia é darmos o incentivo à geração de novas ideias de negócio com mais valor e assim mais emprego"
-
- b) Erradicar a fome – ODS 2
 - Apoio Alimentar a pessoas em situação de vulnerabilidade
 - Programa de Apoio a Pessoas Carenciadas
 - "Em setembro de 2022 inauguramos o nosso chamado mercado das cadeias curtas, que é o mercado SICÓ, é um mercado complementar, está na frente do edifício do Mercado Municipal, é onde qualquer produtor, pode, de facto, aceder a um ponto de venda. Infelizmente há pouca oferta, e pouco diversificada"
 - "Não temos um banco de terras, nem um banco de sementes, mas estamos a fazer o caminho nesse sentido"
 - "Soure tem um programa permanente de fornecimento, cabazes alimentares. É um processo que é instruído pelo Gabinete de Ação Social, vem a Reunião de Câmara, é aprovado, e depois distribuído".
 - "Existem famílias sinalizadas, os novos pedidos, devidamente estruturados pela rede, vêm à reunião de Câmara e são avaliados. Temos ainda algumas, é verdade. Gostávamos de não ter. Era sinal que não tínhamos essa necessidade, mas temos."
-
- c) Saúde de Qualidade – ODS 3
 - Promoção de medidas de saúde nas várias políticas setoriais (ambiente, desporto...)
 - Campanhas de sensibilização, prevenção e Rastreio
 - "O conceito de saúde, num sentido global, pode ser dividido em 2 grandes áreas 25% da saúde, de cada um de nós é que é, de facto, a saúde institucionalizada (centro de saúde, hospitais), os outros 75% são fora são fora das instituições. E esta área é que é muito da esfera local, bate muito na nossa responsabilidade e já fazemos muitas coisas, desde o apoio a atividades da sociedade civil, por exemplo, nesta altura do ano, quase não temos um fim de semana que não haja uma caminhada, não haja divulgação de bons hábitos de saúde e que não haja a propósito desta ou daquela iniciativa, ações de monitorização de saúde. O que vai ser preciso é uma estratégia holística que agarre na saúde, na educação, na saúde social, no desporto. Isso está previsto finalmente em lei, cujos em lei desde o ano passado desde 2022 os chamados sistemas locais de saúde, temos de percorrer esse caminho de forma sistémica. Por isso é que vale a pena sempre revisitá-la a questão dos ODS, e ganharmos esta consciência coletiva."
 - "Isto é literalmente um setor em ebullição, com as transferências de competências agora para os municípios na área de saúde, ... o jogo mudou."
 - "De forma esporádica apoiamos algumas atividades, na comunidade escolar, relacionadas com a saúde, por exemplo semana dos diabetes e a semana do coração."
-
- d) Educação de Qualidade- ODS 4
 - Requalificação da Rede Pública de Equipamentos Escolares
 - Apoios Sociais e ação Escolar
 - Promoção de programas de formação e aprendizagem ao longo da vida
 - "Na última década houve uma transformação grande dos equipamentos, com o encerramento das escolas. Soure fez uma aposta diferente da maioria eu diria dos concelhos do país e que, ao contrário de outros sítios, optaram por encerrar um conjunto de escolas e fundir tudo num mega agrupamento. Nós mantendo a estrutura do agrupamento, o que fizemos foi aquilo que se designou por centralidades intermédias. Nós apesar do encerramento, temos um centro escolar em Pombalinho, temos um centro escolar em Samuel, temos um centro escolar em Granja do Ulmeiro"
 - "Todos os anos o orçamento para a educação no município, é muito generoso do ponto de vista relativo, pesa bastante no orçamento municipal."
 - "Inauguramos recentemente um Jardim de infância, precisamente junto à EB 23"
 - "Temos obras mapeadas para fazer na EB 2 3 de Soure a propósito de eficiência energética"
 - "Na escola Martinho árias, existem cursos profissionais e a sinalização do perfil dos cursos é feito com base no diagnóstico das necessidades que vai havendo, por isso, por exemplo, nas questões ligadas à hotelaria, e à informática tem havido sistematicamente turmas abertas."
 - "Ao nível do incentivo da qualificação de adultos ainda não existiram ações em concreto, contudo, o Município já integra um grupo de trabalho denominado »Educação ao Longo da Vida»"

e) Igualdade de género–ODS 5

- Plano de igualdade de género
- Conciliação profissional e familiar

- "O município tem um plano para a igualdade de género e que iniciou agora a implementação, mas precisa de quantificar e de rever os seus indicadores. Com esta transferência de funcionários, que tivemos agora da educação, mesmo que tivéssemos algum défice, em termos absolutos do sexo feminino, deixou de existir."
 - "Mas isso é uma Visão minimalista do problema que não é nossa, e há muita coisa para fazer, para mitigar a desigualdade de género."
 - "Relativamente à conciliação profissional ainda não há medidas concretas. Mas eu acho que se deve ir mais longe, se nós conseguirmos de facto ser criativos e fazer coisas "fora da caixa", é utilizar isso como vantagem competitiva para recrutar, ou seja, temos de demonstrar que vale a pena trabalhar no município, porque de facto, as medidas são diferenciadoras e que facilitam a vida dos funcionários."
-

f) Energias renováveis – ODS 7

- Sistemas de mobilidade sustentável
- Medidas de eficiência energética

- "De acordo com o Plano de Ação da Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS) reforçou-se os pontos de carregamento. Vai haver uma rede de bicicletas partilhadas também. Foram criados mais 2 novos pontos de abastecimento no Concelho."
 - "Embora não seja uma medida de índole municipal, mas o município tem que se pronunciar sobre isso, já temos em Soure 2 parques fotovoltaicos"
 - "O Município de Soure inaugurou em abril de 2023 as Piscinas Municipais de Vila Nova de Anços foi uma obra cofinanciada no Programa Operacional do Centro – CENTRO2020 ao abrigo do eixo dedicado às medidas de eficiência energética. Trata-se de uma intervenção de fundo num equipamento que foi gravemente atingido aquando da passagem do Furacão Leslie por este território. Toda a envolvente exterior do edifício foi alterada, toda a fonte de energia primária que deixou de ser gás e agora é biomassa e instalámos um significativo parque fotovoltaico na cobertura do edifício"
 - "Nós temos melhorado bastante a rede IP, substituindo as luminárias para LED, contudo, o grande objetivo é transformar a iluminação pública para sistemas verdadeiramente inteligentes, só o passar para LED não resolve o problema entre nós, o ideal é acender quando há necessidade"
-

g) Cidades e comunidades sustentáveis – ODS 11

- Habitação Social Municipal
- Transporte gratuito para estudantes de todos os graus de ensino
- Requalificação de acessos para pessoas com mobilidade reduzida

- "Soure ainda tem algum défice nesta área, contudo, já fizemos alguns fogos: um bloco com 4 frações, e mais um bloco com 4 apartamentos que já foram atribuídos ao longo deste ano."
 - "Existe transporte gratuito para os estudantes do concelho"
 - "Temos 2 edifícios inscritos como património construído, ou seja, como imóveis de interesse nacional: o Castelo e a Igreja da Misericórdia. A salvaguarda dos nossos edifícios é um trabalho que temos de intensificar. Do ponto de vista do património natural, tem-se investido bem mais, na criação da paisagem protegida da Serra do Sicó. Mais uma vez dividindo com os outros 5 municípios, mas que é muito importante para nós para somarmos aquilo que já temos em rede Natura."
 - "Existem obras a decorrer, e candidaturas já entregues, para melhorar os acessos a vários pontos da vila de Soure"
-

h) Paz, Justiça e Instituições eficazes – ODS 16

- Reforço da Transparência
- Atendimento Municipal ajustado às necessidades locais
- Apoios ao movimento associativo e às organizações da sociedade civil
- Gabinete de Apoio à vítima

- "Relativamente à transparência consideramos que evoluímos muito, divulgamos um conjunto enorme de indicadores, e publicamos tudo o que conseguimos publicar relativamente à nossa dívida, prazo de pagamentos, relacionamento com fornecedores. O relatório atual tem mais de 600 páginas e qualquer pessoa, pode facilmente aceder."
 - "Nós temos um forte movimento associativo: folclore, associações, grupos de teatro, clubes de futebol. Felizmente, temos uma rede associativa muito larga e mantemos quer um regulamento de apoio à atividade, quer um regulamento de apoio ao investimento e todos os anos com uma significativa dotação. A nossa grelha de apoios é muito generosa mesmo."
 - "Não temos nenhuma organização direcionada ao apoio à vítima o que nos surge especificamente dessa área vem via ação social, mas acho que valia a pena aqui, de facto, ter alguma segmentação para esse tema."
-

EIXO 3 - Ambiente

a) Água potável e saneamento – ODS 6

- Poupança de Água
- Planos de Mitigação de Secas
- Planos de adaptação Climática
- Tarifário Social

- “O sistema de águas e saneamento, é gerido por uma empresa intermunicipal que é a ABMG, Águas do Baixo Mondego e Gândaras e estamos literalmente a operar em todas as frentes: aumentar a rede de saneamento, do ponto de vista da água a fazer a chamada ZMC, que são as zonas de medição controlada para melhorar em muito as nossas percas de água, que são muito significativas. Em Soure toda a rega do espaço Público que temos captamos diretamente no Rio Arunca, ou reutilizamos.”
- “Devido às alterações climáticas decidimos fechar as fontes decorativas, não creio que tornaremos a ver esse cenário faz parte de um mundo que já não existe”.
- “Relativamente a cheias e inundações temos planos de emergência, medidas e projetos para mitigar futuras situações. Temos candidaturas a fundos, por exemplo, para fazer um novo dique aqui em Soure, e outras obras”
- “Existe tarifário Social, aplicado pela ABMG e suportado pela CIM (Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra)”

b) Ação climática – ODS 13

- Formação e capacitação no âmbito da ação climática

- “Temos feitas várias campanhas públicas, mas mais direcionadas para os resíduos, o que está também relacionado e muito com as alterações climáticas”

c) Proteger a vida terrestre – ODS 15

- Combate à desertificação e degradação dos solos
- Combate à desflorestação
- Gestão integrada de parques naturais
- Cooperação com agentes económicos e sociais para preservação e gestão sustentável do património

- “Temos uma área significativa da rede Natura, a Serra de Sicó, que tem um regime bastante restritivo, a gestão não é do município, mas é um regime preservacionista. Infelizmente, tínhamos um projeto para as galerias ripícolas (são formações de espécies vegetais autóctones nas zonas de transição entre ecossistemas aquáticos e terrestres) que infelizmente não foi apoiado e temos agora um projeto para o corredor natural do Rio Anços e do Rio Arunca a que nos vamos candidatar no próximo quadro comunitário de apoio.”
- “Promoção de programas de sensibilização e prevenção de incêndios. Apoio às juntas de freguesias na capacitação de equipamentos e materiais para intervenção rápida de fogos.”
- “Divulgação do projeto Recicla Soure cujos objetivos vão desde a diminuição da deposição de lixo indiferenciado até à questão dos biorresíduos, e da recolha seletiva do porta-a-porta. Temos projetos em todas essas áreas.”
- “Há um esforço para a criação da paisagem protegida da Serra do Sicó, mais uma vez dividindo com outros 5 municípios, mas que é muito importante para nós para somarmos aquilo que já nós já temos em rede Natura”

EIXO 4 – Parcerias

a) Parcerias para implementação de objetivos – ODS 17

- Cooperação descentralizada com municípios
- Cooperação descentralizada com países em desenvolvimento

- “Parceria na ABMG, relativamente às questões da água”
- “Integração na CIM”
- “Parceria com o IPC”
- “Rede territorial Portuguesa das Cidades Educadoras”
- “Associação Internacional das Cidades Educadoras”

Fonte: elaboração própria

Considerando o conteúdo dos ODS, podemos afirmar que a Câmara Municipal de Soure é um parceiro privilegiado na implementação destes, uma vez que muitos dos serviços essenciais para a concretização dos ODS são da competência da Câmara Municipal, que goza de uma posição de proximidade privilegiada com os cidadãos, sendo um garante de que as necessidades da população local são percebidas, atendidas e o bem-estar dos municípios é assegurado (Slack 2014; Mutiarani & Siswantoro, 2020; Ferreira, 2020).

Os resultados obtidos nesta autarquia local revelam boas práticas municipais, no que diz respeito ao Eixo-Ambiente, nomeadamente as medidas de poupança de água, aumento da rede de saneamento, planos de adaptação climática e tarifário social, que em simultâneo remetem para a preocupações de proteção do planeta e para o desenvolvimento ambiental sustentável (Ferreira, 2020; Mutiarani & Siswantoro, 2020).

Da análise dos resultados ressaltaram, ainda, outras boas práticas municipais inseridas no Eixo-Sociedade. Na educação e no combate à pobreza, a operacionalização dos ODS é bastante positiva nomeadamente através de ações de requalificação da rede pública de equipamentos escolares, qualificação de adultos e ensino profissional, criação de mercado das cadeias curtas “onde qualquer produtor pode aceder a um ponto de venda” (entrevistado 1), uma incubadora social, bem como a “construção de fogos para disponibilizar com renda acessível” e frações de habitação social onde este ano já foram “atribuídos um bloco com 4 apartamentos” (entrevistado 1). Conforme podemos verificar, a Câmara Municipal de Soure estabelece metas para combater a pobreza e, em simultâneo, manifesta preocupações de desenvolvimento económico sustentável na comunidade, sendo esta meta de desenvolvimento sustentável uma característica fundamental das estratégias de

desenvolvimento global (Krantz e Gustafsson, 2021; Orzeszyna e Tabaszewski, 2021, Ferreira, 2020). Os ODS apresentam-se como uma oportunidade e como um desafio para os municípios, uma vez que ao poderem integrar no seu planeamento, investimento, decisão política, medidas a nível local, revêm o seu funcionamento organizacional, adaptando-o à implementação e monitorização dos ODS (Ferreira, 2020; Benedek et al., 2021; Krantz e Gustafsson, 2021; Orzeszyna e Tabaszewski, 2021.)

Os resultados evidenciam ainda um conjunto de iniciativas desenvolvidas pelo Município de Soure que têm uma forte interligação com os ODS impactados por uma boa prática ou projeto municipal verificando-se benefícios recíprocos entre a maioria dos ODS e compromissos assumidos (Avelar et al., 2023).

Dos 17 ODS, destacam-se ODS 4 – Educação de Qualidade, ODS 6 - Água potável e Saneamento, ODS 1 – Combate á Pobreza, tendo em conta as metas definidas e resultados já obtidos que vão ao encontro do observado na Agenda 2030 das Nações Unidas. Todavia, as ODS 5 - Igualdade de género, ODS 10 - Reduzir as desigualdades, ODS 3 - Saúde de Qualidade, ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições eficazes, ODS 7 - Energias renováveis, ODS 13 - Ação climática e ODS 15 - Proteger a vida terrestre mereçam também atenção política, e resultados concretos em termos de boas práticas, ainda requerem mecanismos adicionais de promoção e mobilização. Por outro lado, no Eixo-Economia, as metas consignadas nas ODS 8 - Trabalho digno e crescimento económico, ODS 9 - Indústria, inovação e infraestruturas e ODS 12 - Produção e consumo sustentáveis estão ainda longe de serem alcançadas carecendo de planeamento, decisão política e medidas a nível local no que diz respeito à sua implementação e concretização. No que diz respeito, ao Eixo-Parcerias, que inclui apenas o ODS 17 - Parcerias para implementação de objetivos, o Município de Soure já implementou algumas ações importantes, contudo, é necessário continuar a mobilização.

Direcionando a análise para outra perspetiva, as autarquias locais desempenham um papel crucial na luta por um mundo mais sustentável e, consequentemente, na concretização dos ODS, e essa preocupação apresenta-se refletida no planeamento, investimento, decisão política e medidas a nível local do município de Soure (Ferreira 2020; Krantz e Gustafsson, 2021). Conforme defendido por Masuda et al. (2022), as autarquias locais no intuito de melhorar os seus papéis de intermediários para facilitar as parcerias para cumprimento das diferentes dimensões dos ODS, vem o município de Soure, reforçar a necessidade de diligenciar um equilíbrio em termos do nível de envolvimento do sector público identificando um conjunto de projetos em que são estabelecidas parcerias com entidades externas: Santa Casa da Misericórdia, Centro Hospitalar da Universidade de Coimbra, Instituto Politécnico de Coimbra, Comunidade Intermunicipal, Águas do Baixo Mondego e Gândaras.

Como podemos verificar o reconhecimento do papel da autarquia enquanto agente de promoção, realização e integração equilibrada das dimensões económica, social e ambiental do desenvolvimento sustentável, tem sido assumido na concretização dos diversos ODS conforme é possível inferir a partir da Tabela 1.

Compreender as metas dos ODS e as suas interligações é fundamental para a consecução dos ODS locais, conforme defende Ningrum et al. (2023) e Song & Jang (2023). Tendo em conta a necessidade de melhorar a apresentação dos resultados por parte do município de Soure, a promoção da *accountability* configura-se como um dos principais parâmetros de avaliação e de promoção de uma maior interligação com as partes interessadas.

Conclusões

Os municípios, enquanto responsáveis pela prestação de muitos serviços públicos essenciais, como saneamento, habitação, acesso à água, transportes públicos e proteção do ambiente local, a sua importância para os objetivos de desenvolvimento sustentável é inegável (Boguszewski et al., 2023). Corroborando esta ideia, Frank e Mattioli (2023), referem que os municípios desempenham papel relevante pois são eles que materializam as ações concretas nos territórios.

Quaisquer esforços para implementar os ODS requerem o contributo e a participação da comunidade (Mortimer et al., 2023). Reinar e Lundberg (2023) reconhecem que os municípios interpretam os ODS como um quadro holístico, mas que a complexidade do quadro, combinada com a falta de apoio e recursos nacionais, aumentou a pressão para estabelecer prioridades entre os objetivos.

Tendo por base o município de Soure, verifica-se que os recursos são empenhados, em especial, na concretização dos ODS 1 – Combate á Pobreza, ODS 4 – Educação de Qualidade e ODS 6 - Água potável e Saneamento cujas metas já foram alcançadas. No que concerne aos ODS 3 - Saúde de Qualidade, ODS 5 - Igualdade de género, ODS 7 - Energias renováveis, ODS 10 - Reduzir as desigualdades, ODS 13 - Ação climática, ODS 15 - Proteger a vida terrestre ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições eficazes e ODS 17 - Parcerias para implementação de objetivos, foram identificadas várias medidas a serem implementadas, mas, apesar do esforço, as metas ainda não foram alcançadas. Em sentido inverso, as ODS 8 - Trabalho digno e crescimento económico, ODS 9 - Indústria, inovação e infraestruturas e ODS 12 - Produção e consumo sustentáveis encontram-se numa fase de implementação mais atrasada pelo que deverão merecer uma especial atenção por parte do município de Soure.

Com base nos resultados obtidos e na entrevista realizada, em consonância com estudo anterior realizado por Reinar e Lundberg (2023), observa-se que o município de Soure recorre

a uma abordagem seletiva dos ODS a atingir. Corroborando Keskitalo e Liljenfeldt (2012), o entrevistado quando questionado sobre as preocupações e dificuldades que sentiam, descreveu problemas decorrentes dos custos, da integração, da dependência de projetos e da falta de recursos estratégicos ao longo do tempo - todos fatores que limitam fundamentalmente as possibilidades de integração da sustentabilidade no trabalho a nível municipal.

Estas conclusões auxiliam os cidadãos e as organizações públicas a compreender o grau de implementação dos ODS e a identificar os principais desafios para melhorias futuras. O município de Soure evidenciou que se encontra empenhado no cumprimento dos ODS, mas, de forma a atingir e a monitorizar as metas, é pertinente a criação de uma equipa multidisciplinar que permita ter uma visão mais holística do processo.

Como principal limitação deste estudo aponta-se a inexistentes de mensurações dos resultados alcançados inerentes à implementação dos ODS no município de Soure.

Estudos futuros, poderiam efetuar a comparação das políticas adotadas e metas alcançadas entre municípios na concretização dos ODS no seu território. Outra perspetiva futura de investigação poderá recorrer à concretização de um inquérito aos municípios portugueses para, através do recurso a métodos quantitativos, poder mensurar o grau de implementação dos ODS no território português.

Referências Bibliográficas

- Annan-Aggrey, E., Arku, G., Atuoye, K., & Kyeremeh, E. (2022a). Mobilizing 'communities of practice' for local development and acceleration of the Sustainable Development Goals. *Local Economy*, 37(3), 219-229.
- Annan-Aggrey, E., Kyeremeh, E., Kutor, S., & Atuoye, K. (2022b). Harnessing 'communities of practice' for local development and advancing the Sustainable Development Goals. *African Geographical Review*, 41(2), 271-280.
- Avelar, D., Ferreira, F., Garrett, P., Guerra, J., Guerreiro, A., Lopes, A., Martins C., Madeira, P. M., Santos, F. D., Santos, M., Travassos, D., Vieira, P., Vasconcelos L., Schmidt, L., & Ferrão, J. (2023). *Contributos práticos para os ODS em Portugal. Uma análise das Boas Práticas municipais e dos Projetos locais mapeados no portal da Plataforma ODSlocal*. Disponível em <https://lnkd.in/duH24pz>, consultado a 12 de julho de 2023.
- Benedek, J., Ivan, K., Török, I., Temerdek, A., & Holobâcă, I. H. (2021). Indicator-based assessment of local and regional progress toward the Sustainable Development Goals (SDGs): An integrated approach from Romania. *Sustainable Development*, 29, 860-875.

Benito, B., Guillamón, M. D., & Ríos, A. M. (2023). The sustainable development goals: How does their implementation affect the financial sustainability of the largest Spanish municipalities. *Sustainable Development*, (ahead of print), 1-15.

Bisogno, M., Cuadrado-Ballesteros, B., Rossi, F. M., & Peña-Miguel, N. (2023). Sustainable development goals in public administrations: Enabling conditions in local governments. *International Review of Administrative Sciences*. <https://doi.org/10.1177/00208523221146458>

Boguszewski, R., Piłat, A., & Wegrzyn, P. (2023). Global lessons from local actions: A typology of polish local government approaches to sustainable development. *Sustainable Development*. <https://doi.org/10.1002/sd.2698>

Caiado, R. G. G., Leal Filho, W., Quelhas, O. L. G., de Mattos Nascimento, D. L., & Ávila, L. V. (2018). A literature-based review on potentials and constraints in the implementation of the sustainable development goals. *Journal of cleaner production*, 198, 1276-1288.

Choi, J., Hwang, M., Kim, G., Seong, J., & Ahn, J. (2016). Supporting the measurement of the United Nations' sustainable development goal 11 through the use of national urban information systems and open geospatial technologies: a case study of south Korea. *Open Geospatial Data, Software and Standards*, 1(4), 1-9.

Cohen, S., Manes-Rossi, F., & Brusca, I. (2023). Are SDGs being translated into accounting terms? Evidence from European cities. *Public Money and Management*. <https://doi.org/10.1080/09540962.2023.2243543>

Fenton, P., & Gustafsson, S. (2017). Moving from high-level words to local action – governance for urban sustainability in municipalities. *Current opinion in environmental sustainability*, 26/27, 129-133.

Ferreira, P. M. (2020). Rumo a 2030: os municípios e os objetivos de desenvolvimento sustentável. Lisboa: Instituto Marquês de Valle Flor.

Frank, A. A., & Mattioli, L. (2023). Implementation of Sustainable Development Goals at the Local-Neighbourhood Scale. *Journal of Urban and Regional Analysis*, 15(1), 125–149. <https://doi.org/10.37043/JURA.2023.15.1.6>

Gneiting, U., & Mhlanga, R. (2021). The partner myth: analysing the limitations of private sector contributions to the Sustainable Development Goals. *Development in Practice*, 31(7), 920-926. <https://doi.org/10.1080/09614524.2021.1938512>

Gonçalves, J. F., Reis, R., Cerol, J., & Correia, T. (2020). Rede CESOP-Local: a Estrutura Comum de Avaliação e os ODS na administração local enquanto instrumentos de medição. *Comunicação apresentada no XXV Congresso Internacional do CLAD*, realizado em Lisboa, entre 24 e 27 de novembro de 2020. pp 40-63.

González, A., Mc Guinness, S., Murphy, E., Kelliher, G., &

- Hagin-Meade, L. (2023). Priorities, Scale and Insights: Opportunities and Challenges for Community Involvement in SDG Implementation and Monitoring. *Sustainability*, 15(6), 4971. <https://doi.org/10.3390/su15064971>
- Guarini, E., Mori, E., & Zuffada, E. (2022). Localizing the Sustainable Development Goals: a managerial perspective. *Journal of Public Budgeting, Accounting & Financial Management*, 34(5), 583-601.
- Gustafsson, S., & Ivner, J. (2018). Implementing the global sustainable goals (SDGs) into municipal strategies applying an integrated approach, in Filho, W. L. (ed.), *Handbook of Sustainability Science and Research*. Springer International Publishing, 301-316.
- Horn, P., & Grugel, J. (2018). The SDGs in middle-income countries: Setting or serving domestic development agendas? Evidence from Ecuador. *World Development*, 109, 73–84. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2018.04.005>
- Keskitalo, E. C. H., & Liljenfeldt, J. (2012). Working with sustainability: Experiences of sustainability processes in Swedish municipalities. *Natural Resources Forum*, 36(1), 16–27. <https://doi.org/10.1111/j.1477-8947.2012.01442.x>
- Krantz, V., & Gustafsson, S. (2021). Localizing the sustainable development goals through an integrated approach in municipalities: Early experiences from a Swedish forerunner. *Journal of Environmental Planning and Management*, 64(14), 2641-2660. <https://doi.org/10.1080/09640568.2021.1877642>
- Kumi, E., Arhin, A. A., & Yeboah, T. (2014). Can post-2015 sustainable development goals survive neoliberalism? A critical examination of the sustainable development-neoliberalism nexus in developing countries. *Environment, development and sustainability*, 16, 539-554.
- Llanos, A. O., Raven, R., Bexell, M., Botchwey, B., Bornemann, B., Censoro, J., Christen, M., Díaz, L., Hickmann, T., Jönsson, K., Scholz, I., Scobie, M., Sun, Y., Thompson, J., Thwaites, J., & Yunita, A. (2022). Implementation at Multiple Levels. In *The Political Impact of the Sustainable Development Goals* (pp. 59–91). Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/9781009082945.004>
- Long, G. (2018). Underpinning commitments of the Sustainable Development Goals: indivisibility, universality, leaving no one behind. In *Sustainable Development Goals*. Edward Elgar Publishing. <https://doi.org/10.4337/9781786438768.00011>
- Macedo, C., Tavares, E., Carvalho, M., Sentinelo, T., & Monteiro, A. P. (2023). Sustainability Disclosure: A Case Study. *Comunicação apresentada no International Workshop Accounting and Taxation (IWAT2023)*, realizado no Porto, a 17 de fevereiro de 2023. pp 132-151. <https://doi.org/10.58869/01>
- Madeira, P. M., Guerra, J., Santos, M. D., & Ferrão, J. (2022). Seleção e adaptação de metas para a escala local – um ponto de partida para a aplicação dos ODS das Nações Unidas ao nível municipal. *Comunicação apresentada no XVII Colóquio Ibérico de Geografia*, realizado em Salamanca, entre 4 e 6 de julho de 2022. pp 183-190.
- Masuda, H., Kawakubo, S., Okitasari, M., & Morita, K. (2022). Exploring the role of local governments as intermediaries to facilitate partnerships for the Sustainable Development Goals. *Sustainable Cities and Society*, 82, 1-12. <https://doi.org/10.1016/j.scs.2022.103883>
- Medeiros, E., Valente, B., Gonçalves, V., & Castro, P. (2022). How impactful are public policies on environmental sustainability? Debating the Portuguese case of PO SEUR 2014–2020. *Sustainability*, 14(13), 1-17.
- Mortimer, A., Ahmed, I., Johnson, T., Tang, L., & Alston, M. (2023). Localizing Sustainable Development Goal 13 on Climate Action to Build Local Resilience to Floods in the Hunter Valley: A Literature Review. *Sustainability*, 15(6), 5565. <https://doi.org/10.3390/su15065565>
- Mutiarani, N. D., & Siswantoro, D. (2020). The impact of local government characteristics on the accomplishment of Sustainable Development Goals (SDGs). *Cogent Business & Management*, 7(1), 1-11.
- Nerland, R., Nilsen, H. R., & Andersen, B. (2023). Biosphere-based sustainability in local governments: Sustainable development goal interactions and indicators for policymaking. *Sustainable Development*, 31(1), 39-55. <https://doi.org/10.1002/sd.2371>
- Ningrum, D., Raven, R., Malekpour, S., Moallemi, E. A., & Bryan, B. A. (2023). Transformative potential in sustainable development goals engagement: Experience from local governance in Australia. *Global Environmental Change*, 80, 1–12. <https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2023.102670>
- Orzeszyna, K., & Tabaszewski, R. (2021). The Legal Aspects of Activities Taken by Local Authorities to Promote Sustainable Development Goals: Between Global and Regional Regulations in Poland. *Lex Localis-Journal of Local Self-Government*, 19(4), 1043 – 1063
- Reddy, P. (2016). Localising the sustainable development goals (SDGs): The role of local government in context. *African Journal of Public Affairs*, 9(2), 1-15.
- Reinar, M. B., & Lundberg, A. K. (2023). Goals à la carte: selective translation of the Sustainable Development Goals in strategic municipal planning in Norway. *Journal of Environmental Planning and Management*, 1-17. <https://doi.org/10.1080/09640568.2023.2191816>
- Reuter, T. A. (2023). SDG localization: finding the middle ground to top-down and bottom-up approaches with the help of digital networking. *Sustainability: Science, Practice, and Policy*, 19(1). <https://doi.org/10.1080/15487733.2023.2207372>
- Rieiro-García, M., Amor-Esteban, V., & Aibar-Guzmán, C. (2023). Localizing the sustainable development goals: A

- multivariate analysis of Spanish regions. AIMS Environmental Science, 10(3), 356–381. <https://doi.org/10.3934/environsci.2023021>
- Silva, A. C. P., Conde, F., & Viseu, C. (2022). O desenvolvimento sustentável e sustentabilidade municipal: o caso de Portugal. *Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental*, 11(4), 429-458.
- Slack, L. (2014). The post-2015 Global Agenda – a role for local government. *Commonwealth Journal of Local Governance*, (15), 173–177.
- Song, J., & Jang, C. (2023). Unpacking the sustainable development goals (SDGs) interlinkages: A semantic network analysis of the SDGs targets. *Sustainable Development*, 1–13. <https://doi.org/10.1002/sd.2547>
- Stafford-Smith, M., Griggs, D., Gaffney, O., Ullah, F., Reyers, B., Kanie, N., Stigson, B., Shrivastava, P., Leach, M., O'Connell, D. (2017). Integration: the key to implementing the Sustainable Development Goals. *Sustainability science*, 12, 911-919.
- Stoddart, M., Yang, Y., & Atlin, C. (2023). Regionalizing the sustainable development goals: interpretations of priorities and key actors for creating sustainable island futures. *Ecology and Society*, 28(2), 1–16. <https://doi.org/10.5751/ES-13728-280204>
- Williams, C. C., & Millington, A. C. (2004). The diverse and contested meanings of sustainable development. *The Geographical Journal*, 170(2), 99–104. <https://doi.org/10.1111/j.0016-7398.2004.00111.x>